



1457 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 06 - Formação de Professores

A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR NAS LICENCIATURAS EM FÍSICA E QUÍMICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS EM SANTA CATARINA

Priscila Juliana da Silva - UFPR - Universidade Federal do Paraná
Orliney Maciel Guimarães - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Este trabalho tem como tema de investigação a Prática como Componente Curricular (PCC) na formação inicial de professores de Física e Química. O problema que orienta a reflexão desse trabalho procura elucidar a seguinte questão: Quais as características da Prática como Componente Curricular presentes nos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Física e Química ofertados nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina? Seu objetivo geral é analisar a Prática como Componente Curricular nos cursos de Licenciatura em Física e Química ofertados nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, a partir dos projetos pedagógicos de curso. A metodologia de estudo seguiu a análise de conteúdo proposta por Bardin (1999).

Palavras-chave: Educação; Formação de professores; Licenciaturas; Prática como Componente Curricular;

A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR NAS LICENCIATURAS EM FÍSICA E QUÍMICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS EM SANTA CATARINA

Resumo

Este trabalho tem como tema de investigação a Prática como Componente Curricular (PCC) na formação inicial de professores de Física e Química. O problema que orienta a reflexão desse trabalho procura elucidar a seguinte questão: Quais as características da Prática como Componente Curricular presentes nos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Física e Química ofertados nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina? Seu objetivo geral é analisar a Prática como Componente Curricular nos cursos de Licenciatura em Física e Química ofertados nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, a partir dos projetos pedagógicos de curso. A metodologia de estudo seguiu a análise de conteúdo proposta por Bardin (1999).

Palavras-chave: Educação; Formação de professores; Licenciaturas; Prática como Componente Curricular;

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como tema de investigação a Prática como Componente Curricular (PCC) na formação inicial de professores de Física e Química. Considera-se como ponto de partida para o estudo o campo da formação de professores, em específico a resolução nº 2 de 2015 (BRASIL, 2015) que orienta a formação de professores inicial e continuada. De modo geral a formação de professores tem se caracterizado por múltiplos desafios quanto às condições da formação e da atuação docente, dentre eles está a dificuldade de articular a teoria e a prática. Diante desse desafio o problema que orienta a reflexão desse artigo é: Quais as características da Prática como Componente Curricular presentes nos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Física e Química ofertados nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina? O artigo está organizado nos seguintes tópicos principais: 1) Fundamentação teórica; 2) Metodologia; 3) Análise dos projetos pedagógicos de curso; 4) Considerações finais;

2. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 os debates em torno da formação de professores ganharam destaque nas discussões do país, especialmente, o debate em torno de diretrizes para a formação de professores para a Educação Básica. Esse debate se transformou em uma intensa produção de normativas que definiram diretrizes gerais para todas as licenciaturas do país (BRASIL, 2002a; 2002b) e diretrizes específicas tratando das diferentes áreas do conhecimento. No palco desta discussão a identidade dos cursos de licenciatura se coloca como ponto central, pois desde a década de 1930, ocorreu a transformação dos Institutos de Educação que ofereciam formação de professores em instituições de nível universitário pelo Decreto nº 1.190 de 1939 (BRASIL, 1939). Esse decreto delineou a estrutura dos cursos de graduação em nível universitário em todo país e iniciou um processo no qual os cursos de formação de professores no Brasil tornaram-se segmentados entre o conhecimento específico e o conhecimento pedagógico, pois primeiro o licenciado cursava disciplinas da área específica de sua formação e ao final do curso realizava disciplinas pedagógicas e práticas de ensino. Com o objetivo de alterar essa estrutura curricular das licenciaturas, entram em vigor as Resoluções do Conselho Nacional de Educação, 01 e 02 de 2002 (BRASIL, 2002a; 2002b), que definem as diretrizes nacionais para a formação de professores para a Educação Básica e a carga horária dos cursos de licenciatura, a Resolução 09 de 11 de março de 2001 (BRASIL, 2001a) e Parecer 1304 de 06 de novembro de 2001 (BRASIL, 2001b) que tratam da formação do físico e o Parecer 1303 de 2001 (BRASIL, 2001c) que trata da formação do químico.

Recentemente foi publicada a Resolução nº 2 de 2015 (BRASIL, 2015) que busca maior organicidade à formação de professores para a Educação Básica unindo em um mesmo documento a formação inicial e continuada de professores. Essa Resolução não se refere apenas à organização do currículo para os cursos básicos de formação, mas preconiza a valorização da carreira docente, a formação inicial em nível superior para todos os professores e define normas para a formação continuada. Nessa resolução os princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada de professores são: a) sólida formação teórica e interdisciplinar, b) unidade teoria-prática, c) trabalho coletivo e interdisciplinar, d) compromisso social e valorização do profissional da educação, e) gestão democrática e f) avaliação e regulação dos cursos de formação.

As diferentes concepções de currículo para a formação de professores podem ser encontradas nas políticas para a formação de professores. Na Resolução nº 09 de 2001 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2001c), busca-se o rompimento do currículo tradicional na formação de professores através da superação do modelo 3+1 (SAVIANI, 2009). Conseqüentemente, os cursos de licenciaturas não devem se confundir com o bacharelado, mas ter uma identidade própria. Essa resolução ainda busca incentivar a prática pedagógica ao longo de toda a formação do licenciando por meio da Prática como Componente Curricular.

Resgatando na legislação a Prática como Componente Curricular, verifica-se que ela é citada na Resolução nº 02 de 2002 (BRASIL, 2002b) que institui a carga horária dos cursos de formação de professores em nível superior em seu primeiro artigo, parágrafo primeiro em que são definidas 400 horas dessas atividades a serem vivenciadas ao longo do curso. A partir dessa normativa os cursos de formação de professores passaram por reestruturações para atendê-la e a dificuldade de compreender a diferença entre Prática como Componente Curricular e estágio obrigatório levaram o Conselho Nacional de Educação a definir no Parecer nº 28 de 2001 (BRASIL, 2001d) e no Parecer nº 15 de 2005 (BRASIL, 2005) suas características e distinções.

Conforme o Parecer nº 28 de 2001, que discute a carga horária dos cursos de licenciatura a Prática como Componente Curricular é:

[...] o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como Prática como Componente Curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. (BRASIL, 2001d)

Essa mesma normativa coloca o estágio curricular supervisionado como uma forma de atividade de capacitação em serviço e que só pode ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma o papel de professor, sendo o momento de efetivação do processo de ensino-aprendizagem desenvolvido ao logo da formação nos cursos de licenciatura (BRASIL, 2001d).

O Parecer nº 15 de 2005 (BRASIL, 2005) também explicita a diferenciação entre Prática como Componente Curricular e estágio obrigatório:

As atividades caracterizadas como Prática como Componente Curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. Por sua vez, o estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático. (BRASIL, 2005)

Real (2012) ao analisar a legislação que orienta a Prática como Componente Curricular aponta contradições entre a política nacional para a formação de professores e os diversos pareceres apresentados. Dessa forma,

[...] é possível sinalizar que a criação de uma disciplina intitulada “prática de ensino” não parece atender aos princípios requeridos pela política nacional de formação de professores que está em curso. Nesse mesmo sentido, não deve ocorrer a criação de disciplinas de caráter prático. A dimensão prática parece que deve vir diluída ao longo do curso entre as disciplinas de caráter propositivo, estabelecendo uma relação dialética entre teoria e prática (REAL, p. 60, 2012).

A partir dessas diretrizes apresentadas verifica-se que o espaço da Prática como Componente Curricular é recente nos currículos das licenciaturas. Esse espaço se consolidou na legislação ao longo dos anos e, atualmente, permanece na resolução de 2015 que engloba as diretrizes para a formação inicial e continuada dos professores da educação básica. Entretanto, os formatos adotados nos projetos pedagógicos de curso têm demonstrado interpretações e concepções diversas sobre o papel da prática na formação inicial de professores. Da mesma forma, a legislação se contradiz em suas concepções tornando seu planejamento, execução e avaliações objetos de análise. Entre os estudos realizados tendo a Prática como Componente Curricular como objeto de estudo, destaca-se o artigo de Souza Neto e Silva (2014) que apresenta o processo de reestruturação curricular nas licenciaturas na UNESP. Os autores expõem uma perspectiva de mudança na formação inicial de professores de um modelo acadêmico para um modelo de profissionalização a partir da inserção dessas práticas nos cursos de licenciatura. Dessa forma alguns aspectos conceituais e epistemológicos que fundamentam a construção dos projetos pedagógicos de curso das licenciaturas sofrem uma alteração. Desses aspectos apontados por Souza Neto e Silva (2014) destacam-se o deslocamento da formação de um expert ou tecnólogo que aplica seus conhecimentos na prática pedagógica para um profissional reflexivo que produz saberes e é capaz de tomar decisões em sua prática pedagógica. Esse deslocamento epistemológico do primado do científico para a supremacia da prática deve ser acompanhado de crítica. Cunha e Fernandes (2013) alertam sobre a possibilidade da valorização da prática fortalecer o desinvestimento no conhecimento e na intelectualização do professor. Ao mesmo tempo as autoras consideram que “[...] a inserção da Prática como Componente Curricular, assumida nas atuais diretrizes curriculares, pode fortalecer a recriação da relação teoria e prática” (CUNHA; FERNANDES; p. 54, 2013).

Compreendendo a formação de professores como um processo de profissionalização é necessário discutir os princípios que a perpassam, os saberes docentes e a articulação teoria e prática. Segundo Titon (2017) a busca por romper modelos de licenciaturas baseados na racionalidade técnica tem dado novos espaços para propostas inovadoras. Entre estas propostas encontra-se a Prática como Componente Curricular. Para a autora a PCC se constitui em um espaço formativo que rompe com o modelo dominante ao articular a teoria e a prática e se tornar um espaço de desenvolvimentos dos saberes docente.

Silvério (p.250, 2017) considera que:

[...] o licenciando exposto a uma série de fatores que envolvem a PCC terá condições de se aproximar da realidade educacional e do ambiente escolar com um conhecimento mais abrangente e uma consciência mais esclarecida sobre os aspectos que envolvem a prática docente, refletirá sobre os fundamentos de sua prática e poderá fazer experiências mais significativas em seu estágio supervisionado.

Para Nóvoa (p. 65, 1991) a profissionalização docente significa se apropriar do “[...] conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que constituem a especificidade do ser professor”. Esse conjunto de saberes que compõe a profissão docente, para Nóvoa (1991) tem como fonte três contextos: o contexto pedagógico, o contexto profissional e o contexto sociocultural. O contexto pedagógico é para o autor o que nomeamos prática e envolve o exercício da profissão em sala de aula. O contexto profissional é composto por ideologias e valores que produzem um saber técnico que legitima a prática pedagógica. O contexto sociocultural proporciona os valores e conteúdos considerados importantes para a profissão e seu exercício. Nesta concepção a Prática como Componente Curricular assume o papel de profissionalização do professor desde o início do curso de licenciatura, pois pode aproximar o licenciando do contexto sociocultural pedagógico da profissão docente.

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa tem como problemática a seguinte questão: Quais as características da Prática como Componente Curricular presentes nos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Física e Química ofertados nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de

Santa Catarina? Seu objetivo geral é analisar a Prática como Componente Curricular nos cursos de Licenciatura em Física e Química ofertados nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina a partir dos projetos pedagógicos de curso. Para responder a questão proposta foram objetos de análise documental os projetos pedagógicos de curso das licenciaturas em Física e Química ofertados nos Institutos Federais localizados em Santa Catarina.

Para Triviños (1987) análise documental é um estudo descritivo que possibilita ao investigador grande quantidade de informações provinda de leis, regulamentos e documentos oficiais. Já segundo Flick (2009) a escolha de documentos para a análise documental precisa estar pautada nos seguintes critérios: 1) autenticidade, 2) credibilidade, 3) representatividade e 4) significação. Portanto, os documentos necessitam ter uma origem inquestionável, para que não apresentem erros e sejam efetivamente representativos para o problema de pesquisa. Portanto, a escolha dos projetos pedagógicos de curso das Licenciaturas em Química e Física ofertados nos Institutos Federais localizados em Santa Catarina atende esses critérios ao ser a expressão de concepções e práticas dos grupos de professores e técnicos administrativos que atuam nessas instituições, representando as ideias do referido grupo em relação à Prática como Componente Curricular.

Para a delimitação dos documentos de análise, foi realizado um levantamento das licenciaturas ofertadas nos Institutos Federais. Em consulta a plataforma e-MEC, que recebe o cadastramento de todos os cursos superiores no país, foram encontradas 74 licenciaturas na região sul, sendo 11 de Química e 11 de Física. Especificamente no estado de Santa Catarina foram encontrados 4 cursos de Licenciatura em Física e 4 cursos de Licenciatura em Química. Em busca na internet pelos projetos pedagógicos de curso apenas um projeto dos oito cursos não foi encontrado. Por isso definiu-se para a análise documental sete projetos pedagógicos de curso distribuídos de acordo com o quadro 1.

Quadro 1 – Projetos Pedagógicos de Curso das Licenciaturas em Física e Química dos Institutos Federais em Santa Catarina

INSTITUIÇÃO/CURSO	LICENCIATURA EM FÍSICA	LICENCIATURA EM QUÍMICA
IFC – Instituto Federal Catarinense	Projeto Pedagógico de Curso de 2015: Campus Rio do Sul Projeto Pedagógico de Curso de 2017: Campus Concórdia	Projeto Pedagógico de Curso de 2014: Campus Araquari
IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina	Projeto Pedagógico de Curso de 2014: Câmpus Jaraguá do Sul e Araranguá	Projeto Pedagógico de Curso de 2014: Câmpus São José e Criciúma

A análise dos projetos pedagógicos de curso foi realizada a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (1999). Definindo-se como categoria principal a ser analisada a Prática como Componente Curricular, foi realizada uma primeira leitura geral dos projetos pedagógicos de curso buscando citações que a caracterizassem em suas concepções e práticas. As diversas citações identificadas ao longo do texto foram sendo organizadas em um quadro. As citações do quadro foram analisadas em busca de regularidades, divergências e sentidos das citações. Assim, foi possível avaliar a presença da Prática como Componente Curricular em todos os projetos de curso. Por fim foi realizado o entrelaçamento das citações com a legislação e a fundamentação teórica produzindo-se o texto de análise.

4. ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO

De acordo com a Resolução nº 02/2015 (BRASIL, 2015) os cursos de formação inicial de professores para a Educação Básica em nível superior, em cursos de licenciaturas, devem se estruturar em no mínimo 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico distribuídos em no mínimo 8 semestres ou 4 anos. Essa carga horária total deve conter 400 horas de Prática como Componente Curricular ao longo do curso, 400 horas de estágio supervisionadas, 2.200 horas dedicadas aos núcleos de formação geral e de aprofundamento e 200 horas de atividades complementares. Considerando essa resolução, foram analisados sete projetos pedagógicos de curso, sendo quatro de Física e três de Química. Observando as datas de construção dos projetos pedagógicos de curso verificou-se que apenas dois foram elaborados após a publicação desta resolução e somente um deles considera essa resolução um documento base para sua construção. Apesar disso, apenas dois projetos de curso apresentaram carga horária inferior a 3.200 horas. Conforme tabela 1 verifica-se que esses cursos são ofertados pelo Instituto Federal Catarinense, sendo um curso de Licenciatura em Física (IFC - 1) e outro de Licenciatura em Química (IFC - 3).

Com relação à carga horária de Prática como Componente Curricular definida nos projetos pedagógicos de curso apenas o curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Santa Catarina de Criciúma (IFSC – 4) não a especificou. Os demais cursos atendem a carga horária mínima exigida pela legislação. Destaca-se que nas licenciaturas do Instituto Federal Catarinense a presença de carga horária elevada de Prática como Componente Curricular, especialmente no curso de Licenciatura em Química, com carga horária total de 2925 horas, em que são desenvolvidas 540 horas de Prática como Componente Curricular (IFC – 3).

Tabela 1 – Carga horária dos cursos de Licenciaturas em Química e Física dos Institutos Federais em Santa Catarina

Sigla	Ano do PPC	Local do Curso	Curso	Carga Horária Total do Curso	Carga Horária PCC
IFSC - 1	2014	Jaraguá do Sul	Licenciatura em Física	3.420	400
IFSC - 2	2014	Araranguá	Licenciatura em Física	3.400	400
IFSC - 3	2014	São José	Licenciatura em Química	3.400	400
IFSC - 4	2014	Criciúma	Licenciatura em Química	2.476	Não definida no PPC
IFC - 1	2015	Rio do Sul	Licenciatura em Física	2.925	465
IFC - 2	2017	Concórdia	Licenciatura em Física	3.350	405
IFC - 3	2015	Araquari	Licenciatura em Química	3.020	540

Fonte: Instituto (2014a;2014b;2014c;2014d;2015a;2015b;2017)

De forma geral, todos os projetos pedagógicos de curso apresentam um item com suas concepções da Prática como Componente Curricular e suas práticas. Partindo-se do conceito de profissionalização docente proposto por Nóvoa (1991), que considera esse um processo no qual o sujeito se apropria de conhecimentos e prática sobre o ser professor, é possível verificar potencialidades para esse processo expressos nos projetos pedagógicos de curso a partir das concepções da Prática como Componente Curricular em sua intenção de promover esse processo.

Além disso, na maior parte dos casos, os projetos pedagógicos de curso compreendem a Prática como Componente Curricular como uma forma de possibilitar a interdisciplinaridade, de articular a relação teoria e prática e ampliar a relação da instituição com a Educação Básica, evidenciando a preocupação com as temáticas debatidas na pesquisa educacional que envolve a formação de professores.

Destaca-se, que entre os projetos pedagógicos de curso do Instituto Federal de Santa Catarina há uma convergência nas concepções e práticas da PCC nos cursos de Licenciatura em Física (IFSC – 1 e IFSC – 2) e Química (IFSC – 3 e IFSC – 4), de modo que os textos são iguais conforme citação abaixo. Entre as concepções comuns aos cursos de Licenciatura em Química está a transversalidade e entre os cursos de Licenciatura em Física está a prática profissional. Abaixo essas concepções estão grifadas:

IFSC – 1 e IFSC – 2: A prática profissional apresenta-se, no curso, na forma de Prática Pedagógica como Componente Curricular (PPCC), Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs), constituindo-se por um conjunto de atividades voltadas à articulação entre o saber, o saber fazer e o saber ser em espaços formais e não formais de educação. (INSTITUTO, p.30, 2014a; 2014c)

IFSC – 3 e IFSC – 4: Os cinco eixos temáticos são transversais aos componentes curriculares desenvolvidos no decorrer das nove fases do curso e incluem:

I – Tecnologias da informação e comunicação;

II – A pluralidade dos sujeitos da prática educativa;

III – A Prática como Componente Curricular;

IV – Os conhecimentos da área de Química e pedagógicos;

V – As atividades acadêmico-científicas e culturais.” (INSTITUTO, p.17, 2014b; 2014d).

Nos projetos pedagógicos de curso do Instituto Federal de Santa Catarina há também uma aproximação no modo de implementar a Prática como Componente Curricular. No curso de Licenciatura em Física (IFSC – 1), é proposto que as práticas como componente curricular aconteçam tendo como base o contexto de atuação do professor, estimulando a aproximação da instituição com a Educação Básica e de espaços não formais de educação. No curso de Licenciatura em Física (IFSC – 2), além da aproximação com espaços formais e não formais de educação, o projeto pedagógico de curso define formas internas à instituição para a realização das práticas como componente curricular. Já no curso de Química, o projeto pedagógico de curso (IFSC – 3) descreve como locais, onde as práticas como componente curricular serão desenvolvidas: os laboratórios e os espaços reais educacionais. Por sua vez, o projeto pedagógico de curso de Licenciatura em Química de Criciúma (IFSC – 4) não explicita como serão realizadas essas atividades de Prática como Componente Curricular, conforme os trechos a seguir:

IFSC – 1: [...] será desenvolvida ao longo de todo o curso por meio de atividades que promovam a ação-reflexão-ação, a partir de situações-problema próprias do contexto real de atuação do professor. As práticas serão realizadas, especialmente, mediante aproximações com os espaços educativos formais e não formais e, quando não prescindirem de observação e ação direta, poderão acontecer por meio das tecnologias da informação e da comunicação, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras, atividades em laboratório e estudo de caso, entre outros. (INSTITUTO, p. 30-31, 2014a)

IFSC – 2: As práticas serão realizadas, especialmente, mediante aproximações com os espaços educativos formais e não formais e, quando não prescindirem de observação e ação direta, poderão acontecer por meio das tecnologias da informação e da comunicação, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras, atividades em laboratório e estudo de caso, entre outros. Além de variadas formas de interação entre sujeito e práxis, que acontecerão no contexto do curso e da IES e que, de forma concreta, relacionam teorias e práticas explicitadas na construção, intervenção e aplicação de planos de ensino, planos de aulas, roteiros, experimentos, objetos de aprendizagem, artigos científicos entre outros pertinentes à formação docente. Entendem-se essas atividades como propostas de situações de ensino anteriores ao estágio e inseridas nas UCs. (INSTITUTO, p. 32, 2014c)

IFSC – 3: Estas atividades serão contempladas em diferentes componentes curriculares, desde as primeiras fases do curso, podendo ser desenvolvidas em diferentes espaços, como nos laboratórios e nos espaços educacionais reais. Diferentemente dos outros eixos temáticos, a Prática como Componente Curricular será expressa em uma carga horária total de 400 horas de atividades. (INSTITUTO, p. 20, 2014b)

Já as concepções apresentadas pelos projetos pedagógicos de curso do Instituto Federal Catarinense são diferenciadas entre si. A Licenciatura em Física ofertada em Rio do Sul pelo Instituto Federal Catarinense (IFC – 1) apresenta como concepção da Prática como Componente Curricular a interdisciplinaridade e a articulação entre disciplinas. Esse projeto salienta que “[...] deve-se evitar a armadilha de entender a interdisciplinaridade simplesmente como uma prática coletiva ou mera justaposição de diferentes enfoques de mais de uma disciplina para o mesmo objeto” (INSTITUTO, p.165, 2015a). E propõe como forma de garantir a interdisciplinaridade no curso, reuniões periódicas entre os professores. Com relação à forma de desenvolver as práticas como componente curricular, o projeto pedagógico de curso especifica a articulação das disciplinas específicas de Libras e Educação Inclusiva e não apresenta outras formas de desenvolver a interdisciplinaridade e a Prática como Componente Curricular, de acordo com o trecho abaixo:

As diversas ações do NAPNE (Núcleo de Atendimento as Pessoas como Necessidades Específicas) relacionadas à acessibilidade e à inclusão, bem como as adequações na infraestrutura são exemplares para os acadêmicos do Curso de Física-Licenciatura e complementam as atividades de ensino das disciplinas Educação Inclusiva e Libras. Os projetos de extensão e convênios do NAPNE são espaços que estão sendo explorados para a realização das atividades de Prática como Componente Curricular das disciplinas, além de integrar ensino, pesquisa e extensão (INSTITUTO, p.165, 2015a).

No projeto pedagógico de curso da Licenciatura em Física ofertada em Concórdia (IFC – 2), a Prática como Componente Curricular apresenta-se como uma forma de articulação entre teoria e prática e entre ensino, pesquisa e extensão, como denota o trecho abaixo:

Buscando coerência entre a formação e o que se espera do futuro professor, procurou-se amenizar os principais problemas enfrentados por professores de Física em exercício, com uma grade que articula a teoria e a prática, tanto a prática no sentido da experimentação – disciplinas concomitantes com as teóricas – quanto no sentido de contato com a realidade profissional (INSTITUTO, p. 41, 2017).

Esse projeto pedagógico de curso (IFC – 2) materializa suas concepções em propostas de práticas como componente curricular descritas de

modo completo sendo um diferencial diante dos demais projetos analisados. As práticas propostas estão condizentes com as concepções propostas e são desenvolvidas em uma disciplina por semestre que tem já sua atividade pré-definida no projeto pedagógico de curso. Entre as atividades destaca-se a organização de eventos que articulam a instituição com a educação básica e propostas de atividades pedagógicas para o ensino de Física conforme quadro 2.

Quadro 2 - Prática como Componente Curricular na Licenciatura em Física do campus Concórdia do Instituto Federal Catarinense

DISCIPLINA	PROPOSTA DE PCC
Pesquisa e Práticas Educativa I	Identificação de temas e problemas de pesquisa na área educacional/escolar do curso de Física em relação à profissão docente
Pesquisa e Práticas Educativas II	Organização e realização do Fórum da transversalidade, aberto para todos os curso do Campus e professores da Educação Básica da Região, com relatos de experiências sobre práticas inclusivas, direitos humanos e educação para a paz, diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e educação ambiental
Pesquisa e Práticas Educativas III e IV	Atividade integradora de ensino, pesquisa e extensão: simulação ou práticas de ensino na área do curso com socialização aberta ao pública externo e interno à instituição.
Didática das Ciências, Metodologia do Ensino de Física, Instrumentação Física I e II	Elaboração de planos de aula e de experimentos. Trabalhos experimentais com apoios de recursos tecnológicos.

Fonte: Instituto (2017).

No projeto pedagógico de curso a Licenciatura em Química ofertada em Araquari pelo Instituto Federal Catarinense (IFC – 3) a concepção da prática pedagógica como componente curricular aponta para articulação entre as disciplinas e a inserção profissional. Como forma de desenvolver as práticas como componente curricular são propostas como atividades “[...] apresentação de seminários, planejamento e produção de material didático-pedagógico, elaboração e simulação de experimentos, pesquisa, produção e reflexão crítica de textos acadêmicos” (INSTITUTO, p. 165, 2015b). Percebe-se nesse projeto pedagógico de curso, citações diretas da legislação, em especial do Parecer nº 28 de 2001 (BRASIL, 2001d).

A PCC (Prática como Componente Curricular) será desenvolvida ao longo de todo o curso, conforme Parecer CNE/CP 28/2001, numa perspectiva de articulação entre as disciplinas e os semestres, com ampliação gradativa de carga horária, inserindo o aluno no contexto profissional. Será realizada por meio de apresentação de seminários, planejamento e produção de material didático-pedagógico, elaboração e simulação de experimentos, pesquisa, produção e reflexão crítica de textos acadêmicos.

A Prática como Componente Curricular é, pois, uma prática que produz aprendizagem no âmbito do ensino, constituindo uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica concorrendo conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador (INSTITUTO, p. 84, 2015b).

De forma geral, é possível identificar nos projetos pedagógicos de curso, das licenciaturas em Química e Física dos Institutos Federais localizados em Santa Catarina, concepções da Prática como Componente Curricular que possibilitam a interdisciplinaridade e a prática profissional na formação inicial dos professores. A forma planejada para desenvolver a Prática como Componente Curricular se diferencia nos projetos pedagógicos de curso das instituições e em muitos casos não é descrita com detalhamento. Dessa forma salienta-se a necessidade de os projetos pedagógicos de curso tornarem mais evidente a Prática como Componente Curricular de modo a definir com profundidade a forma como a mesma acontecerá, demonstrando em seu planejamento maior articulação dessa atividade com as disciplinas dos cursos.

5. Considerações finais

As análises dos projetos pedagógicos de curso das licenciaturas em Física e Química ofertadas pelos Institutos Federais localizados em Santa Catarina apontam para potencialidades na formação de professores, pois todos apresentam as práticas como componente curricular de modo articulado aos conteúdos específicos com um olhar para a formação de professores que diferencia suas estruturas curriculares do modelo 3+1 ou da racionalidade técnica.

Conforme Real (2012) a Prática como Componente Curricular se distingue do estágio obrigatório ao estabelecer um eixo de integração entre a dimensão teórica das licenciaturas e a atividade profissional desenvolvida no estágio. Percebe-se esse eixo nos projetos pedagógicos de curso que se constituem em concepções e práticas que tem um olhar para a prática pedagógica e os problemas da escola e do ensino, por meio de atividades que promovem a reflexão sobre o cotidiano escolar.

Por fim, salienta-se a necessidade de um olhar para as práticas como componente curricular a partir da prática pedagógica, pois de acordo com Rockwell (2005) a incorporação dos discursos curriculares oficiais na prática pedagógica não acontece de maneira explícita a sua formulação. Por isso deve ser objeto de estudo as reinterpretações das normativas realizadas pelos sujeitos que constituem uma ordem institucional específica.

Referências

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1999.

BRASIL. Decreto-Lei 1.190, de 04 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De1190.htm> Acesso em abril 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 9, de 08 de maio de 2001a. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer 1.304 de 2001 b. Define Diretrizes Nacionais Curriculares para os Cursos de Física. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1304.pdf>> Acesso em: abril 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer 1.303 de 2001c. Define Diretrizes Nacionais Curriculares para os

Cursos de Física. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1303.pdf> > Acesso em: abril 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer 28 de 2001d. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf> > Acesso em: abril 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer n. 9, de 08 de maio de 2001e. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2016

_____. Resolução Conselho Nacional de Educação 01 de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em: 26 maio. 2016.

_____. Resolução Conselho Nacional de Educação 02 de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, 2002b. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf> >. Acesso em: Acesso em: 26 maio. 2016.

_____. Parecer Conselho Nacional de Educação 15 de 02 de fevereiro de 2005. Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf>. Acesso em: Acesso em: 25 março. 2018.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 2, de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015>>. Acesso em: 18 maio 2016.

FERNANDES, C.M.B.; CUNHA, M. I. Formação de professores: tensão entre discursos, políticas teorias e praticas. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 38, n. 1, p. 51-65, jan./abr. 2013.

Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/25127/15119> >. Acesso em: 25 maio. 2018.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, Projeto pedagógico de curso – Licenciatura em Física, 2014a. Disponível em: <http://jaragua.ifsc.edu.br/site/images/stories/sitepdf/ensino/pedagogico/ppc_licenciatura.pdf> Acesso em abril 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, Projeto pedagógico de curso – Licenciatura em Química, 2014b. Disponível em: <https://wiki.sj.ifsc.edu.br/wiki/index.php/Portal_da_Qu%C3%ADmica_-_Licenciatura> Acesso em: abril 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, Projeto pedagógico de curso – Licenciatura em Física, 2014c. Disponível em: <<http://www.nanoifsc.net/fisica>> Acesso em: abril 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, Projeto pedagógico de curso – Licenciatura em Química, 2014d. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/CRICIUMA_PPC_LICENCIATURA_QUIMICA.pdf> Acesso em: abril 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, Projeto pedagógico de curso – Licenciatura em Física, 2015a. Disponível em: <<http://fisica.ifc-riodosul.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/PPC-2016-Retificado.compressed.pdf>>Acesso em: abril 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, Projeto pedagógico de curso – Licenciatura em Química, 2015b. Disponível em: <<http://liqui.arauari.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/15/2014/11/PPC-LIQUI.pdf>>Acesso em: abril 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, Projeto pedagógico de curso – Licenciatura em Física,

2017. Disponível em: <<http://licenciatura-fisica.concordia.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/23/2017/07/PPC-f%C3%ADsica-2017.pdf>>
>Acesso em: abril 2018.

NÓVOA, A. Profissão professor. Porto: Editora Porto, 1991.

REAL, Gisele Cristina Martins. Prática como Componente Curricular: o que isso significa na prática? Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.2, n.5, p.48-62, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.cdn.ueg.br/arquivos/PRG/conteudoN/3108/Artigo_-Gisele_Cristina_1_.pdf>. Acesso em: março. 2018.

ROCKWELL, Elsie. De Huellas, bardas y veredas: una historia cotidiana en la escuela. In: _____ (Coord.). La escuela cotidiana. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro. V. 14 n. 40 jan/abr 2009.

SOUZA NETO, Samuel de; SILVA, Vandei Pinto da. Prática como Componente Curricular: questões e reflexões. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 14, n. 43, p.889-909, Set/Dez, 2014.

TITON, F. P. Concepções e ações didáticas de uma formadora no âmbito da Prática como Componente Curricular. In: ZOTTI, S. A; REISDOEFER, D. N. Tempos e espaços de formação docente e inovação pedagógica. Blumenau: IFC, 2017.

SILVÉRIO, L. E. R. Os desafios e as possibilidades da Prática como Componente Curricular integrar o campo da formação ao campo profissional da docência. . In: ZOTTI, S. A; REISDOEFER, D. N. Tempos e espaços de formação docente e inovação pedagógica. Blumenau: IFC, 2017.

TREVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.